

Política

CONSTITUINTE

O TRIÂNGULO CONTINUA MINEIRO

Minas não será dividida. A Constituinte decidiu também que toda terra onde houver cultivo de plantas como maconha e coca será expropriada. Mas não foi aprovada a correção monetária dos débitos das empresas em falência ou concordata.

Valeu o lobby do governador de Minas, Newton Cardoso, e várias personalidades mineiras. O Triângulo Mineiro continuará sendo de todos os mineiros. A Constituinte rejeitou ontem por 252 votos contra, 122 favoráveis e 46 abstenções uma fusão de emendas determinando a realização de plebiscito, 120 dias após a promulgação da nova Constituição, para saber se a população do Triângulo Mineiro concordaria com a sua transformação em Estado. A sessão teve até momentos cômicos, com o deputado mineiro Dalton Canabrava pedindo perdão de joelhos a Minas Gerais, porque se havia equivocado durante a votação eletrônica e confirmado seu voto a favor da criação do Estado do Triângulo.

No plenário, a fusão de emendas suscitada por seis deputados mineiros — Homero Santos, Chico Humberto, Virgílio Galassi, Rosa Prata, Paulo Belem e Luiz Alberto Rodrigues, todos do Triângulo —, além dos deputados Roberto Vital e Siqueira Campos, este autor da emenda criando o Estado do Tocantins (já aprovada), recebeu a desaprovação do senador Afonso Arinos (PSDB-RJ). Ele ocupou a tribuna disposto a falar tudo o que desejava e foi logo dizendo ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que não obedeceria a campanha anunciando o fim do seu tempo na tribuna. Ulysses apenas sorria e tentava justificar, com gestos, perante o plenário, sua pouca habitual tolerância. Arinos acabou fazendo um retrospecto histórico sobre as tentativas de divisão de Minas Gerais e no final sustentou a tese de que "Minas é o fiel da balança; sua divisão comprometeria a liberdade dos demais Estados".

Emendas aprovadas

Entre as emendas aprovadas na sessão de ontem da Constituinte, já no final do capítulo das Disposições Transitórias, sobressai a que determina que toda propriedade rural usada para o cultivo de plantas psicotrópicas — como maconha, coca e outras — será imediatamente expropriada, sem indenização, com os bens provenientes do tráfico de drogas sendo também confiscados e revertidos em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados. A emenda teve 350 votos favoráveis, contra 28 e 20 abstenções.

No contexto dessa emenda, a Polícia Federal está trabalhando há algum tempo na avaliação da área usada no País para o plantio de maconha e epadua — a coca brasileira. Por enquanto, ela ainda não dispõe de dados sobre quantos hectares foram ocupados pelas 328 plantações de maconha destruídas no ano passado e mais outras 39 plantações erradicadas até o final de abril deste ano. Em 1987, a Polícia Federal apreendeu 21,5 toneladas de maconha e 1,3 tonelada de cocaína. Segundo estatísticas da PF, foram destruídos 5,3 milhões de pés de epadua no ano passado e outros 333 mil só nos primeiros quatro meses deste ano. De acordo com os dados da Polícia Federal, até abril deste ano, foram apreendidos 662 quilos de cocaína e 3,1 toneladas de maconha.

Outra emenda aprovada na sessão de ontem permite às empresas privadas que exploram serviços de telecomunicações e de transmissão de dados continuarem a fazê-lo até o término do prazo da concessão. A emenda se justifica diante de um artigo, já aprovado na parte permanente da futura Constituição, dispondo que os serviços públicos de telecomunicações e de transmissão de dados são monopólios da União que, no entanto, pode concedê-los a empresas públicas estaduais ou municipais. Acontece que algumas empresas privadas — não mais do que cinco, segundo o deputado Carlos Alberto Cao (PDT-RJ), suscriptor da emenda — estão exercendo a atividade e para não sofrer prejuízos terão o prazo de suas concessões respeitados, conforme já prevê o Código de Telecomunicações.

Depois da rejeição da emenda propondo o Estado do Triângulo, nenhuma outra tratando da criação de novo Estado — do Tapajós, do Maranhão do Sul, do São Francisco, de Santa Cruz e do Iguaçu — foi colocada em votação. Em troca, foi aprovada emenda criando uma comissão de estudos territoriais. A comissão terá o prazo de um ano para realizar estudos sobre o território nacional e sobre a criação de novas unidades federativas, "notadamente na Amazônia legal e áreas pendentes de solução". O Congresso terá mais 365 dias para examinar as soluções propostas.

Ficou decidido, ainda, que será de quatro meses, na circunscrição, o prazo de domicílio eleitoral para os candidatos às eleições municipais de 15 de novembro. Atualmente, esse prazo é de, no mínimo, 12 meses. O prazo termina no dia 15 de julho, e essa redução, apenas para o próximo pleito, irá beneficiar vários políticos, como o deputado Aécio Neves Cunha, sobrinho de Tancredino, que recentemente transferiu seu título de São João Del Rey para Belo Horizonte.

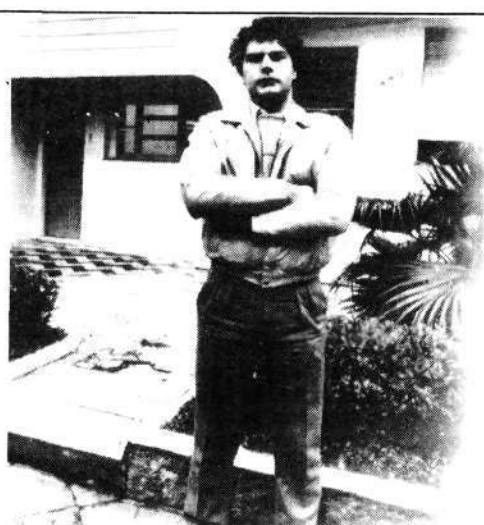
No festival de emendas aprovadas ontem ainda sobrou espaço para preciosidades como a que garante a cada cidadão brasileiro um exemplar gratuito da futura Constituição, e a que cria uma comissão de nove membros — três do Legislativo, três do Judiciário e três do Executivo — para promover as comemorações do centenário da Proclamação da República e da promulgação da primeira Carta Republicana.

As rejeitadas

Depois dessa seqüência de emendas aprovadas, a Constituinte rejeitou todas as demais apresentadas, em parte pelo baixo quórum em plenário e também pela falta de acordo sobre as matérias apreciadas. Em especial a do deputado Paulo Mincarone (92 votos a favor, 239 contra e 17 abstenções), que propunha a atualização monetária do valor das obrigações das sociedades em regime falimentar ou concordatárias, a partir da data da falência ou da concordata. As demais rejeitadas: incorporação da administração da aviação civil ao poder civil; criação de um código rural brasileiro; extinção do Serviço Nacional de Informações, com a transferência de sua documentação para o Ministério da Justiça e revogando a Lei de Segurança Nacional; retorno ao Estado de Sergipe de municípios incorporados à Bahia.



Ricardo Costa: mudaram as regras do jogo.



Paulo Berger: "O sonho acabou".

Os endividados

Eles temem que a anistia da correção

force os bancos a retrain o crédito e sugere solução caso a caso

A história é sempre a mesma: embalados pelas promessas de estabilidade na economia e pelos estímulos oficiais à época do Plano Cruzado, os pequenos e médios agricultores e pequenos e microempresários empreenderam uma corrida aos bancos, para ampliar ou criar novos empreendimentos. Mas "o sonho terminou muito rapidamente", constata o pequeno empresário urbano gaúcho, Paulo Berger.

No Rio Grande do Sul, apenas cerca de dez mil, das 150 mil pequenas e microempresas que contraíram empréstimos durante o Plano Cruzado, conseguiram quitar suas dívidas junto aos bancos, conforme dados da Associação Gaúcha de Pequenas e Microempresas. O total daquelas dívidas no Estado, calculado sem correção monetária, atingiu Cz\$ 20 bilhões.

A microempresária Marilu Damatta e Silva, proprietária do Escritório Damatta de Projetos de Estruturas Metálicas, em São Bernardo do Campo, conta ter contraído empréstimos de Cz\$ 2 milhões, em 1986, junto a oito bancos. Ela vendeu tudo o que tinha — quatro carros, um apartamento no Guarujá, o telefone e a própria casa de São Bernardo, na tentativa de pagar a dívida, e ainda deve Cz\$ 15 milhões.

O dinheiro serviria para que abrisse um restaurante — já vendido — e ampliasse o escritório, que já teve 22 empregados e hoje tem apenas dois, "de braços cruzados por falta de pedidos". Embora torça pela anistia ampla da correção monetária no período do Cruzado, Marilu diz que ficaria satisfeita com "um justo meio termo", com o recálculo de sua dívida a partir de "patamares honestos de juros e correção monetária. Não quero de volta o que já paguei aos bancos. Só quero uma saída", diz ela.

O gaúcho Paulo Berger não concorda com a anistia total e reivindica "condições melhores para o pagamento, com mais prazo e carência". Ele tomou Cz\$ 3 milhões, em valores atuais, e ainda deve 14 prestações

de 86 e 87, o custo será da ordem de 720 bilhões de cruzados.

O governo está preparado para o confronto e acredita que, se houver, sairá vitorioso, pois a maior parte das lideranças está inclinada a beneficiar o menor número possível de empresários e produtores. Isso, apesar do número de lobistas ter aumentado consideravelmente nas últimas 24 horas. As cooperativas de produtores, apoiadas em uma emenda anteriormente apresentada, mandaram seus representantes a Brasília para tentar convencer os constituintes da necessidade de ajudá-los. Embora esta hipótese já tenha sido descartada na própria Constituinte, eles prometem aumentar a pressão hoje.

Ontem, diversas emendas foram colocadas em discussão e uma grande reunião aconteceu à noite. Mas a decisão sobre o texto a ser votado ficou mesmo para hoje de manhã. Caso os autores das emendas — Humberto Souto (PFL-MG), Ziza Valadares (PSDB-MG) e Mansueto de Lavor (PMDB-PE) — não concordem em colocar em votação uma emenda mais restritiva e outra

mais ampla, o governo apresentará uma proposta alternativa, com essa divisão, assinada pelos deputados Denizar Arneiro (PMDB-RJ) e Nyder Barbosa (PMDB-ES).

— Microempresários e pequenos produtores rurais que fizeram empréstimos de fevereiro de 86 a dezembro de 86 — custo: 150 a 180 bilhões de cruzados.
— Microempresários e pequenos produtores rurais que fizeram empréstimos durante os anos de 86 e 87 — custo: 250 bilhões de cruzados.
— Pequenos empresários que contraíram empréstimos em 86 e 87 — custo: 350 bilhões de cruzados.
— Pequenos empresários que contraíram empréstimos em 86 — custo: 60 a 70 bilhões de cruzados.
— Médios produtores rurais que contraíram empréstimos em 86 e 87 — custo: 120 bilhões.
— Médios produtores rurais que contraíram empréstimos em 86 — custos: 60 a 80 bilhões de cruzados.

É HOJE, COM OU SEM ACORDO.

A emenda propondo anistia da cobrança de correção monetária aos pequenos e médios produtores rurais e micro e pequenos empresários que contraíram dívidas durante o Plano Cruzado será votada hoje, com ou sem acordo. Ainda não há um texto definitivo para ser apreciado pelo plenário da Constituinte, mas o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, acha que a melhor fórmula é fazer duas fusões, uma beneficiando apenas os pequenos produtores rurais e micro empresários, e outra os pequenos empresários e médios produtores rurais.

Com a divisão da emenda em duas, a expectativa é de que apenas a primeira, que atende a um menor número de pessoas, seja aprovada. O impacto sobre o Tesouro, caso seja aprovada a emenda perdoadando a correção monetária aos microempresários e pequenos produtores rurais, que contraíram empréstimos apenas durante o ano de 1986, será de 150 a 180 bilhões de cruzados, informou Sant'Anna. Ele disse que se as duas emendas forem aprovadas, anistando todos que se endividaram durante os anos

de 86 e 87, o custo será da ordem de 720 bilhões de cruzados.

O governo está preparado para o confronto e acredita que, se houver, sairá vitorioso, pois a maior parte das lideranças está inclinada a beneficiar o menor número possível de empresários e produtores. Isso, apesar do número de lobistas ter aumentado consideravelmente nas últimas 24 horas. As cooperativas de produtores, apoiadas em uma emenda anteriormente apresentada, mandaram seus representantes a Brasília para tentar convencer os constituintes da necessidade de ajudá-los. Embora esta hipótese já tenha sido descartada na própria Constituinte, eles prometem aumentar a pressão hoje.

Ontem, diversas emendas foram colocadas em discussão e uma grande reunião aconteceu à noite. Mas a decisão sobre o texto a ser votado ficou mesmo para hoje de manhã. Caso os autores das emendas — Humberto Souto (PFL-MG), Ziza Valadares (PSDB-MG) e Mansueto de Lavor (PMDB-PE) — não concordem em colocar em votação uma emenda mais restritiva e outra

da e colegas internados em clínicas psiquiátricas", tudo por causa da impossibilidade de pagar as dívidas. E conclui: "Mudar as regras do jogo depois de ganhar as eleições foi uma sacanagem".

Contra a anistia

Apesar de tudo, os pequenos comerciantes de São Paulo são contra a anistia, uma opinião consensual manifestada ontem, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento dos Micros, Pequenos e Médios Empresários da Associação Comercial de São Paulo. O maior temor do setor é que a anistia poderá fechar definitivamente as portas dos bancos a futuros empréstimos.

Entre as propostas surgidas na reunião está o exame dos débitos de cada empresa, através de negociação direta com os bancos, e suspensão da correção monetária, por tempo indeterminado, com pagamento escalonado da dívida.

Participantes da reunião deram um outro quadro da situação. Heraldo Vita, por exemplo, representante do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de São Paulo, disse que muitas das empresas que têm pedido auxílio à entidade para o pagamento de débitos, já conseguiram renegociar diretamente com os bancos.

O representante da Fiesp, Antônio Paulo da Silva, disse ter informações de que são poucos os pequenos empresários do setor industrial que ainda não pagaram as dívidas da época do Cruzado.

A anistia seria uma injustiça aos que tiveram de vender parte de seus bens para pagar as dívidas, diz Fernando Calazans Xavier, dono de duas microempresas, com 50 funcionários. "Seria o mesmo que privatizar os lucros e socializar os prejuízos, numa afronta à livre iniciativa", complementa Antônio Paulo da Silva. "Toda pessoa que tem o ímpeto empreendedor deve também estar preparada para perder", diz Valter Gomes Coelho.

O custo da mamata

— Microempresários e pequenos produtores rurais que fizeram empréstimos de fevereiro de 86 a dezembro de 86 — custo: 150 a 180 bilhões de cruzados.
— Microempresários e pequenos produtores rurais que fizeram empréstimos durante os anos de 86 e 87 — custo: 250 bilhões de cruzados.
— Pequenos empresários que contraíram empréstimos em 86 e 87 — custo: 350 bilhões de cruzados.
— Pequenos empresários que contraíram empréstimos em 86 — custo: 60 a 70 bilhões de cruzados.
— Médios produtores rurais que contraíram empréstimos em 86 e 87 — custo: 120 bilhões.
— Médios produtores rurais que contraíram empréstimos em 86 — custos: 60 a 80 bilhões de cruzados.

Nove votações decisivas

Penas de morte, liberação dos cassinos e do jogo de bicho entram hoje em votação.

Mais nove assuntos polêmicos das Disposições Transitórias devem ir hoje à votação — entre eles a pena de morte, a liberação dos jogos de azar em cassinos, anistia para micro e pequenos empresários, estabilidade para o funcionário público, extensão de benefícios aos aposentados da Previdência. O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pretende fazer sessões durante o dia inteiro: ele quer acelerar os trabalhos para que as votações do primeiro turno sejam concluídas até amanhã à tarde.

Não há nenhum acordo fechado entre as lideranças sobre nenhum desses temas, mas só os enunciados das emendas prometem muita discussão entre os constituintes. As emendas a serem votadas estabelecem o seguinte:

Cassinos — A lei que permite a volta dos jogos em cassinos, tendo em vista o desenvolvimento da atividade turística nacional, será votada doze meses depois de promulgada a nova Carta.

Penas de morte — O plebiscito que decidirá se o povo quer ou não a pena máxima será realizado a 9 de abril de 1989. O próprio deputado Amaral Neto, líder do PDS e autor da emenda, aceitou a sugestão de transferir o plebiscito anteriormente marcado para 15 de novembro. "E que muitos candidatos a prefeito me fizeram um apelo para que eu adiasse, porque senão ele seria a estrela das eleições", justificou.

A favor do plebiscito, mas contra a pena de morte, falará o ex-secretário de Justiça

de São Paulo, deputado Michel Temer (PMDB-SP).

"Foi uma surpresa agradável", salientou o líder do PDS, acrescentando que está confiante na aprovação da sua emenda. A favor do plebiscito, mas contra a pena de morte já se pronunciaram Afonso Arinos, Jarbas Passarinho, Jorge Arbage, Gérson Peres entre outros.

Amaral Neto lembrou que, embora tenha calçado sua campanha na defesa da pena de morte, cometeu um erro de avaliação porque não conhecia o Congresso Nacional a ponto de ter sensibilidade para saber que os parlamentares não assumiriam este ônus. Ele prometeu que se sua emenda não for aprovada pela Constituinte será o primeiro a apresentar um projeto de lei na Câmara dos Deputados em 1989. Se for novamente derrotado, entrará com outra proposta em 1990. "Mas se o povo for contra a pena de morte no plebiscito, aí eu estou liquidado politicamente", completou.

Funcionário público — Estabilidade no emprego para quem tem cinco anos ininterruptos de serviço público nas autarquias e administração direta. A emenda não beneficia os militares nem os ocupantes de cargos em comissão.

Jogo de bicho — A emenda propõe a liberação do jogo de bicho em todo o País.

Música sacra — O texto do Centrão estabelece que não se paga direito autoral sobre música sacra. O PT tem um destaque de

votação em separado para retirar isso do texto.

Aposentados — Terão seus salários reajustados com base no salário mínimo, dentro de no máximo sete meses depois da promulgação. Mas os atrasados não serão pagos — e quem quiser brigar por eles terá de entrar na Justiça, antes do final dos trabalhos da Constituinte.

Empresários e produtores rurais — Duas emendas deverão ser colocadas em plenário para decidir quem será beneficiado com a eliminação da cobrança da correção monetária dos empresários e produtores que contraíram dívidas durante o Plano Cruzado.

Delegados de Polícia — Os delegados com dez anos de serviço querem ser iguais aos membros do Ministério Público.

Limitação dos juros — O texto estabelece que nos próximos doze meses os juros deverão diminuir de 20% ao ano para 12% ao ano, onde deverão se estabilizar.

Concessão de rádio e TV — O Poder Executivo deverá rever as concessões de rádio e televisão ocorridas no ano de 1987, podendo confirmá-las ou revogá-las.

Mineradoras — Trata-se da compatibilização com o texto permanente já aprovado, prevendo que os contratos em andamento com mineradoras estrangeiras devem ser mantidos.

Ministério da Defesa — Os Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica serão substituídos pelo Ministério da Defesa, que seria ocupado por civil ou militar.

DESTAQUE POLÍTICO

Enxugando

Com a absorção da EBN pela Radiobrás, está sendo tomada uma série de medidas para enxugar a estrutura da nova empresa. Dos 2.000 funcionários resultantes da absorção (1.080 da Radiobrás e 820 da EBN), 50 já foram demitidos (assessores e assistentes), reduzindo em 10% a folha de pagamento. Outros 1.150 serão ou demitidos ou transferidos para outros órgãos até o próximo ano.

Internado

O ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, foi internado ontem às 16 horas no Hospital das Forças Armadas. Apesar do boletim médico não fazer referência ao seu estado clínico, as previsões de assessores próximos são bem pessimistas.

Trem de Quêrcia

Centenas de funcionários estão sendo contratados pela empresa Baneser — Banespa S/A Serviços Técnicos e Administrativos para prestar serviços nas delegacias de ensino de todo o Estado. A denúncia foi feita pelo vereador de São Vicente, Luiz Antonio dos Santos. O problema é que há inúmeros candidatos já concursados esperando suas vagas.

Mineirico

"Quem já viu mineiro dividir o que é bom com os outros?", disse ontem o mineiro Ronaldo Costa Couto, ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, comemorando a derrota da proposta de criação do Estado do Triângulo.

Armamentos

Enquanto as agências internacionais continuavam a noticiar a assinatura de contrato pelo Exército brasileiro com a Aérospatiale francesa para a compra de 50 helicópteros no valor de 250 milhões de dólares, ontem o Pentágono informava ao Congresso norte-americano sua intenção de vender à Marinha brasileira oito sistemas Phalanx de Fogo Antiaéreo Rápido, destinados a defender embarcações de superfície, no valor de 63 milhões de dólares. E a Bell Textron Helicopteros, que contestou na Justiça a escolha da firma francesa pelo Exército teve seu pedido de liminar julgado prejudicado ontem pela Justiça Federal. Resta, agora, o julgamento do mérito da questão.

Acordo

Graças a um acordo entre as lideranças partidárias no Senado, foram aprovadas ontem propostas de empréstimos ao Rio de Janeiro (4,5 milhões de OTNs para serviços de encostas e dragagem) e Acre (800 mil OTNs para obras de urbanização de vários municípios). Obra do novo líder do PMDB, senador Roman Tito.

Rapidinho

Foi só o governador Waldir Pires, da Bahia, ausentar-se do País (foi a Roma assistir à sagração dos novos cardeais brasileiros) e o seu vice em exercício, Nilo Coelho, já estava em audiência com o presidente Sarney pedindo verbas federais para obras de saneamento básico e construção de estradas no Estado. Nilo é amigo de Prisco Viana, o ministro da Habitação e Urbanismo.

Ele voltou

Pronto. Agora não é só o prefeito de São Paulo que tem o seu "Movimento Popular Jânio Quadros" com vistas à disputa presidencial. Ontem foi lançado em São Paulo o "Movimento Nacional Pró-Maluf" pelo microempresário Samir Astassie, irmão do apresentador do "Jornal 24 Horas" da TVS, Antônio Astassie e ex-candidato à deputado estadual.

Rio de dinheiro

O ex-ministro dos Transportes do governo Figueiredo, Cloraldino Severo, disse ontem diante da CPI da Corrupção que o governo federal já gastou 4 bilhões de dólares para sanear os débitos que as empresas de navegação tinham junto à Sunamam. O assunto está intrigando os senadores que agora querem ouvir as explicações do atual ministro dos Transportes, Reynaldo Tavares.

Confirmados

O TSE confirmou ontem os mandatos dos deputados federais Basílio Vilani e Maurício Nasser, ambos do PMDB do Paraná e ligados ao Centrão. Os dois eram acusados de abuso de poder econômico nas eleições.

HOJE NA TV

Os programas políticos do dia

Vamos Sair da Crise (TV Gazeta, Canal 11, 22h30) — O convidado é o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. O programa será transmitido de Brasília, ao vivo, sob a coordenação do jornalista Alexandre Machado.
Programa Ferreira Netto (TV Record, Canal 7, 23h15) — Os presidentes da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, e do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Antônio Rogério Magri, debatem a situação econômica do País e as decisões da Constituinte.